



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DE GOIÁS**

**PODER JUDICIÁRIO  
Comitê de Acesso à Justiça**

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

### I. Identificação da Reunião

<b>Data e Hora</b>	<b>Local</b>	<b>Coordenador</b>
26/02/2026 às 10h00min	Videoconferência Plataforma Zoom	Felipe Sales Souza – Juiz de Direito

### II. Pauta da Reunião

<b>Assunto</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atualização dos projetos, especialmente “Justiça dentro das Celas” e “Fórum Permanente de TJGO para os Pontos de Inclusão Digital - PIDs”;</li> <li>2. Cumulação de competência pelos Juizados de Violência Doméstica;</li> <li>3. Pesquisa sobre a compreensão das decisões judiciais pelos jurisdicionados; e</li> <li>4. Centro de Atendimento do Poder Judiciário – CAP.</li> </ol>

### III. Membros do Comitê de Acesso à Justiça

<b>Nomes e Cargo</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Felipe Sales Souza – Juiz de Direito e Coordenador;</li> <li>2. Wander Soares Fonseca – Juiz de Direito;</li> <li>3. Vanderlei Caires Pinheiro – Juiz de Direito;</li> <li>4. Júlia Vianna Correia da Silva – Juíza de Direito;</li> <li>5. Thalene Brandão Flauzino de Oliveira – Juíza de Direito;</li> <li>6. Gabriel Carneiro Santos Rodrigues – Juiz Substituto;</li> <li>7. Raígor Nascimento Borges – Juiz Substituto;</li> </ol>



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS** | **PODER JUDICIÁRIO**  
**Comitê de Acesso à Justiça**

8. Nelson Garcia Pereira Júnior – Juiz Substituto;
9. Samuel Marcos Martins – Assessor de Juiz de Direito;
10. Aline Leonardo – Vice-Diretora do Centro de Comunicação Social;
11. Daiane Mendes Pereira Torres – Auxiliar Judiciária;
12. Débora Dias Bastos – Assessora de Juiz de Direito;
13. Elaine Cristina Abrantes dos Santos – Escrevente Judiciária I;
14. Eunice Machado Nogueira – Coordenadora Administrativa da EJUG;
15. Leonardo Pereira Martins – Assessor Jurídico de Desembargador;
16. Luciano Francisco de Oliveira – Assessor de Juiz de Direito;
17. Adilson Canedo Machado – Servidor;
18. Héctor Vitor Pires Barbosa – Servidor;
19. Hespártaco Nascimento Coelho – Servidor;
20. Raphael Alexandre Mendes Moraes – Servidor.

#### **IV. Ata**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (26/02/2026), às 10h00min, por meio da plataforma *Zoom*, realizou-se reunião do Comitê de Acesso à Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sendo presidida pelo coordenador do comitê, Felipe Sales Souza e estando presentes os membros Vanderlei Caires Pinheiro, Júlia Vianna Correia da Silva, Thalene Brandão Flauzino de Oliveira, Gabriel Carneiro Santos Rodrigues, Raígor Nascimento Borges, Nelson Garcia Pereira Júnior, Aline Leonardo, Débora Dias Bastos, Samuel Marcos Martins, Luciano Francisco de Oliveira, Raphael Alexandre Mendes Coelho, Hespártaco Nascimento Coelho e Flávia Osório (representando a EJUG e substituindo a integrante Eunice Machado Nogueira). Ausentes



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DE GOIÁS**

**PODER JUDICIÁRIO  
Comitê de Acesso à Justiça**

justificadamente os membros Wander Soares Fonseca, Daiane Mendes Pereira Torres, Eunice Machado Nogueira e Héctor Vitor Pires Barbosa.

1) O Coordenador do Comitê deu início à reunião com a atualização dos PROADs, em especial o projeto de reestruturação do site do Tribunal de Justiça e do fórum permanente para os Pontos de Inclusão Digital – PIDs, ressaltando que foi realizada pesquisa com os diretores de foro e o processo retornou ao comitê para os próximos andamentos.

2) Com a palavra, a integrante Thalene Brandão Flauzino de Oliveira apresentou atualizações sobre o projeto “Justiça Dentro das Celas”, informando que foi realizada reunião de alinhamento com as instituições de Santa Helena de Goiás (OAB, Ministério Público, Secretaria de Promoção Social, Diretor da Unidade Prisional, CREAS etc). Na oportunidade, ressaltou que o projeto possui três etapas: (i) mutirão processual para atender às demandas daqueles que estão reclusos; (ii) apoio social às famílias em situação de vulnerabilidade; e (iii) casamento comunitário dos que tem interesse em formalizar a união. Informou que o Diretor da Unidade Prisional realizou o levantamento das famílias em situação de vulnerabilidade e dos interessados em formalizar o casamento, ficando a Secretaria de Promoção Social, a partir dos dados levantados pela Unidade Prisional, responsável por realizar a visita institucional às famílias e alinhar a arrecadação dos produtos necessários à consecução da segunda etapa. Informou, ainda, que os atendimentos na Unidade Prisional foram marcados para dois dias, com a presença do Magistrado e do Promotor de Justiça para atender às demandas e que, nesse período, ocorrerá a arrecadação de cestas básicas. Registrou, ainda, que a terceira etapa (casamento comunitário) gerou maior divergência, uma vez que a cartorária informou que seria autorizado somente um casamento comunitário por ano na Comarca. Contudo, em consulta à Corregedoria, foi informada de que não haveria obstáculos para a realização de dois casamentos, de modo que será solicitado ao Cartório de Registro



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DE GOIÁS**

**PODER JUDICIÁRIO  
Comitê de Acesso à Justiça**

Civil a lista de documentos e, posteriormente, iniciados os trâmites burocráticos.

**3)** Na sequência, a Dra. Júlia Vianna apresentou atualização do projeto dos PIDs, especialmente da reunião realizada com a Juíza Auxiliar da Presidência Dra. Lídia, destacando os principais questionamentos apresentados aos diretores de foro, quais sejam, (i) a periodicidade do fórum permanente; (ii) as principais dificuldades apresentadas; e (iii) quais órgãos estão vinculados aos PIDs ou desejam realizar sua vinculação. Na reunião, a Juíza Auxiliar também se manifestou sobre a parceria com a Justiça do Trabalho e sobre a dificuldade de articulação com a Defensoria Pública Estadual no interior. A Dra. Júlia se dispôs a realizar o levantamento dos dados do questionário apresentado aos diretores de foro e, a partir daí, adotar as primeiras providências. Na oportunidade, o Coordenador do Comitê sugeriu à Sra. Flávia Osório (representando a EJUG) a possibilidade de inclusão de cursos e atividades direcionadas aos servidores dos PIDs durante os encontros regionais, ocasião em que a Sra. Flávia informou que já existe um curso autoinstrucional sobre os PIDs e que apresentará a proposta de inclusão nos encontros regionais.

**4)** O Coordenador do Comitê retomou a discussão apresentada pelo Dr. Wander Soares Fonseca acerca da cumulação de competência pelos Juizados de Violência Doméstica para julgamento dos crimes praticados contra criança ou adolescente, destacando que a ideia inicial seria propor a transferência da competência para julgamento desses crimes para as Varas da Infância e da Juventude, considerando a especialização da matéria e o respectivo acervo processual. Ressaltou, entretanto, que a questão demanda análise aprofundada, uma vez que não seria possível realizar a alteração por meio de resolução. Informou, ainda, que há alguns anos o Ministério Público propôs ao Tribunal a criação de vara especializada em violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente e, salvo melhor juízo, a unidade foi criada em Goiânia (6ª Vara Criminal), mediante alteração



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DE GOIÁS**

**PODER JUDICIÁRIO  
Comitê de Acesso à Justiça**

do Código de Normas. Desse modo, aduziu que a questão deve ser mais bem aprofundada para posterior apresentação aos juízes auxiliares da Presidência.

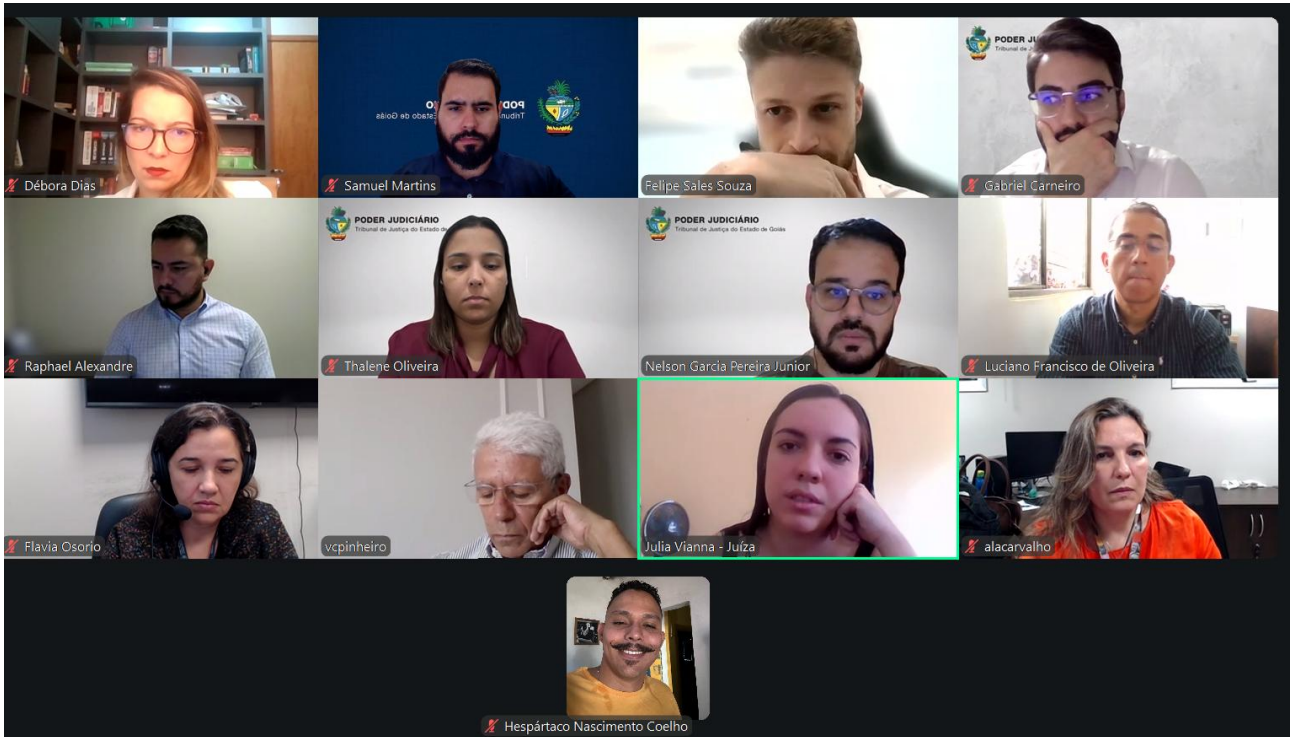
**5)** A integrante Aline Leonardo apresou proposta de inclusão nas comunicações realizadas pelo aplicativo *WhatsApp*, de questionamento acerca da compreensão das decisões judiciais enviadas às partes, a fim de entender até que ponto tais decisões são compreensíveis. Outra proposta apresentada foi a realização de parceria com as rádios do interior para, ao menos uma vez por mês, o magistrado responda dúvidas da população, que muitas vezes não tem acesso ao judiciário. A integrante comprometeu-se a trazer, na próxima reunião, os projetos de forma mais detalhados.

**6)** A Dra. Julian Vianna e o Dr. Raígor Nascimento Borges manifestaram preocupação com a garantia de acesso ao Judiciário, considerando a substituição do balcão virtual pela Central de Atendimento do Poder Judiciário – CAP, na qual o primeiro atendimento é realizado por inteligência artificial. Nesse sentido, destacaram que o comitê precisa ficar atento aos impactos que a CAP pode gerar ao acesso à justiça, tendo em vista que a pessoa não possui contato direto com o servidor. O Coordenador do Comitê evidenciou a necessidade de diálogo com os responsáveis pela central, lembrando que no encontro regional realizado em Catalão foi ponto de reclamação tanto da OAB quanto da população o distanciamento entre os servidores e o jurisdicionado.

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 10h53min. Eu, Samuel Marcos Martins, Secretário do Comitê de Acesso à Justiça, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada digitalmente pelo Coordenador do Comitê.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DE GOIÁS** | **PODER JUDICIÁRIO  
Comitê de Acesso à Justiça**



**Felipe Sales Souza**

**Coordenador do Comitê de Acesso à Justiça**

## ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código Pde99JXnG7V no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202504000631694 (Evento nº 23)

**Samuel Marcos Martins**

ASSESSOR DE JUIZ DE DIREITO I

COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 06/03/2026 às 15:52

